

ANALISE DO IMPACTO DO FUNDEB NA PROFICIÊNCIA DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL DO MATO GROSSO

ANALYSIS OF THE IMPACT OF FUNDEB ON THE PROFICIENCY OF STUDENT NETWORK OF THE MATO GROSSO STATE NETWORK

Renner Alves¹

Marilaine da Silva dos Santos Alves²

Vivian Marcilio Périgo³

Eduardo José Freire⁴

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo verificar se os investimentos do Fundeb estão resultando na proficiência dos alunos de ensino fundamental de anos finais da rede estadual de educação do estado de Mato Grosso. A metodologia baseou-se na pesquisa documental e exploratória, utilizando sites e artigos. O período analisado se em deu dois momentos: apreciação dos indicadores do IDEB entre 2009 e 2017 e análise dos investimentos em educação pública entre os anos de 2017 e 2019. Por fim, considerou-se que o Fundeb pode ser eficiente, mas é necessário que os recursos sejam aplicados de maneira adequada para cada município.

Palavras-chave: Fundeb; Investimentos; IDEB; IDH.

Abstract: The present research has as objective to verify if the investments of Fundeb are resulting in the proficiency of the elementary students of final years of the state education network of the state of Mato Grosso. The methodology was based on documentary and exploratory research, using sites and articles. The period analyzed was given two moments: the evaluation of the indicators of the IDEB between 2009 and 2017 and analysis of the investments in public education between the years 2017 and 2019. Finally, it was considered that Fundeb can be efficient, but it is necessary that the resources be applied in an appropriate manner for each municipality.

Keywords: Fundeb; Investments; IDEB; IDH

1 INTRODUÇÃO

No Brasil as políticas de financiamento da educação vêm sendo discutidas desde a primeira constituição de 1824 (SOBREIRA; CAMPOS, 2008), tendo em vista a relevância destas para a melhoria da qualidade de ensino.

Algumas teorias (SENA, 2008; SOBREIRA; CAMPOS, 2008; MENDES, 2012; CRUZ, 2009; SANTOS; CARVALO; BARBOSA, 2016), mostram que o investimento na educação é essencial para o desenvolvimento humano e o crescimento econômico do país.

¹ Acadêmico do 8º semestre de Ciências Contábeis da FADAF. E-mail: rennerca7@gmail.com

² Acadêmica do 8º semestre de Ciências Contábeis da FADAF. E-mail: marilaine_199@hotmail.com

³ Acadêmica do 8º semestre de Ciências Contábeis da FADAF. E-mail: vivianmperigo@outlook.com

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso/Bolsista/Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEPGFEB) da UFMT. Mestrando em Contabilidade no Programa de Pós-Graduação da **Fundação Instituto Capixaba de pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças** (FUCAPE) *business school*. Telefone: (66) 99908-8489. E-mail: eduardofreire481@gmail.com

Conforme Schultz (1973), quando se investe em educação se tem como resultado a formação do capital humano, um item que aumenta a produtividade econômica do fator trabalho.

Existem fontes de recursos para a educação, dentre elas, está o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado pela Emenda Constitucional n. 53/2006, pelo Decreto n. 6.253/2007 e regulamentado pela Lei n. 11.494/2007. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, formado por recursos oriundos dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios (FNDE, 2019).

O valor do repasse do FUNDEB é feito pelo número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim. (FUNDEB, 2019)

Observa-se que o assunto eficiência dos gastos públicos com educação vem sendo uma pesquisa de sumo interesse, pois evidencia a participação da gestão pública para com a sociedade. Enfim, quanto mais avançarem em busca de melhorias na qualidade da educação, melhores serão os níveis de desenvolvimento social. (SANTOS; CARVALHO; BARBOSA, 2016).

Considerando a importância do fundo em questão, para a melhoria da qualidade da educação brasileira, delimitou-se o seguinte problema de pesquisa: os investimentos do Fundeb na educação resultam em melhoria na proficiência dos estudantes?

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) é um direito constitucional para todos os cidadãos, e, por ser um direito de constitucional todos devem saber a origem e a fonte dos investimentos, e, além disso, entender se os investimentos estão resultando em uma educação melhor para todos. Portanto, objetiva-se demonstrar o valor da estimativa de receita do Fundeb dedicados à educação, e assim comparar com o índice de desenvolvimento humano dos municípios do Mato Grosso, para então constatar se aumento de investimentos em educação, por meio do Fundeb resulta em melhora na qualidade da educação.

O presente artigo foi dividido em três partes além da introdução e das considerações finais: na primeira apresenta-se como surgiu o Fundeb e como ele funciona, na segunda são esclarecidos os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a coleta e análise dos dados da pesquisa. Na terceira parte apresentou-se os resultados e discussão. Essa última parte foi desmembrada em duas; na primeira foi realizada uma comparação entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-E) dos municípios com sua correlação Fundeb/Produto Interno Bruto (PIB), na segunda foi discutido o desempenho dos alunos, tendo como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FUNDEB COMO INVESTIMENTO E ESTUDOS CORRELATOS À TEMÁTICA

Diante da atual realidade em que se encontra a educação pública brasileira com desigualdades de oportunidades de aprendizado se estabelece a necessidade de fazer uma reflexão nos resultados dos investimentos realizados na educação, se vem influenciando nas notas dos estudantes. Peres e Vidal (2015) assim como Taporosky (2016), esclarecem que o Brasil é exemplo de desigualdade entre as escolas, o que afeta diretamente na qualidade da educação.

O direito à educação pertence a todo cidadão conforme estabelece a Constituição da República Federativa do Brasil (CF), conseqüentemente quando se trata de direitos sociais o

quesito financiamento. Taparosky (2016) defende que o direito à educação de qualidade deve ser tratado com prioridade plena no Brasil, não podendo ser negada sua efetivação, portanto o valor mínimo aluno/ano torna-se essencial para a preservação do direito a educação. Sobreira e Campos (2008) ressaltam que o referido gasto por aluno nem sempre corresponde ao valor sobreposto por aluno na educação pública, fornecendo um valor mínimo dependendo da ociosidade da receita de cada Estado.

Com intuito de ampliar os investimentos na educação de forma justa foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) substituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) criado no governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso, por meio da Ementa Constitucional n. 53/2006, Lei n. 11.494/2007 e Decreto n. 6.253/2007.

O FUNDEB se trata de um conjunto de fundos contábeis que equivalem a uma parcela de recursos federais, utilizado no domínio de cada Estado que não alcança o mínimo estipulado nacionalmente, que é repartido para educação básica. Sua fixação começou em 1º de Janeiro de 2007, estabelecida por uma permanência até o ano de 2020 (MEC, 2018).

Tendo como objetivo avaliar os avanços e identificar os limites do Fundeb em relação ao financiamento da educação básica no Brasil, Mendes (2012) realizou uma pesquisa no período de 2007 à 2010. Para atingir o objetivo verificou o processo de formulação do Fundeb, e após analisou os dados financeiros e educacionais. Os resultados apontaram considerável aumento dos valores investidos por aluno no ensino médio, devido à demanda de matrículas oferecido. Mostrando assim que o Fundeb vem contribuindo para priorizar o valor do aluno no ensino.

Sobreira e Campos (2008) em sua pesquisa avaliaram o impacto do Fundef sobre a qualidade da educação pública ofertada no país. Para isso, utilizaram dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, para confrontar com estatísticas de desempenho dos alunos, disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ao decorrer da pesquisa, chegaram as considerações finais de que os gastos totais com educação do Brasil são de 4,44% do PIB, o que mantém o país não longe do padrão de gastos de países ricos. O desempenho dos alunos em exames de proficiência tem demonstrado declínio nos últimos anos. Mesmo observando que o investimento no ensino público brasileiro ainda está longe do desejável, nota-se que o Fundeb contribui para um avanço dos indicadores de qualidade na educação, considerado aos impactos do aumento nas rendas escolares.

Em sua pesquisa bibliográfica, Sena (2008) analisou a legislação referente ao Fundeb em contraste com as normas do Fundef, identificando e discutindo as características do novo fundo. Além disso, aponta os aspectos problemáticos da nova legislação. Concluiu que a legislação do Fundeb beneficiou-se da experiência do Fundef, mantendo alguns dos seus aspectos e inovando em outros. Entre os avanços concretos quanto à situação anterior destacou um equacionamento razoável da questão da complementação da União e impulsionou a definição de piso salarial para o magistério.

Buscando avaliar o efeito do Fundeb sobre a proficiência em matemática dos alunos do ensino médio no estado do Amazonas Leite, Silva, Silveira e Lima (2017) analisaram os perfis das escolas do estado, as características dos professores, assim como a média dos alunos nas provas de matemática e concluíram que o Fundeb não possui efeito sobre a melhoria nas notas dos alunos. Contestando então que o Fundeb não foi eficiente para melhoras à educação, criando uma discussão em torno de como está sendo destinados esses recursos.

Campos e Cruz (2009) verificaram o potencial do Fundeb como instrumento de aperfeiçoamento das condições ofertadas pela educação pública nos municípios do estado do

Rio de Janeiro. Exercícios estatísticos apontaram que as melhores infraestruturas educacionais não necessariamente estão associadas aos municípios com maior disponibilidade de recursos para serem investidos em educação via Fundeb. Tal perspectiva aponta para a importância de medidas que garantam a boa gestão dos recursos disponibilizados para a educação, sugerindo que os municípios mais ricos nem sempre apresentam as melhores condições de infraestrutura escolar em suas redes públicas. Concluíram que não é possível afirmar que o Fundeb seja capaz de corrigir os problemas observados na educação básica pública do estado do Rio de Janeiro, e sequer seja possível afirmar que a disponibilidade de recursos garante uma educação de qualidade.

Salienta-se, através das pesquisas abordadas, a importância que o Fundeb possui na arrecadação de investimentos para a educação básica. Apesar de possuir melhorias a serem feitas no fundo, destaca-se a justiça na sua distribuição de valores levando em consideração o número de matrículas na rede pública possuindo um melhor entendimento da necessidade de cada entidade escolar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologia consiste no estudo da melhor maneira de abordar e desenvolver determinados problemas no estado atual dos nossos acontecimentos, possibilitando a pesquisa de artigos científicos (BARROS; LEHFELD, 2000). Sendo assim a metodologia se torna de fundamental importância, para desenvolver qualquer tipo de trabalho acadêmico.

Inicialmente buscando uma compreensão acerca do tema, utilizou-se a pesquisa exploratória, que segundo Cervo e Bervian (2002), consiste no passo inicial do processo de investigação científica, na qual procurou entender melhor sobre o Fundeb e como ele funciona, através do site do próprio.

Para os procedimentos, optou-se pela pesquisa documental, que recorre a fontes diversificadas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002).

As tabelas utilizadas para análises científicas foram encontradas nos site do INEP e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nas quais existem dados que demonstram valores que foram investidos na educação, suas despesas e receitas. Também foram coletados dados no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), onde objetivamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizando módulo IDH-E que é o índice que demonstra o nível da educação naquela década. Diferente do ranking global que é realizado anualmente, o ranking estadual e municipal só é realizado a cada década, portando para prosseguir a análise será utilizado o ranking do ano de 2010.

Com relação ao problema, optou-se pela realização de uma pesquisa quantitativa, que segundo Richardson (1999) representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, uma margem de segurança quanto às referências. Para tal, aplicou-se durante a coleta de dados realizados nos sites do INEP, FNDE e MEC, e, conseqüentemente foram elaborados tabelas e gráficos para realizar o confronto dos investimentos com a qualidade de ensino da rede básica de educação e com os índices de desenvolvimento humano.

Após o coletar foram elaboradas as tabelas de uma amostragem aleatória estratificada, agrupando os municípios do Estado em grupos, observando os melhores e piores no quesito IDH-E, comparando os valores investidos na educação entre os anos de 2017 e 2018, levando em consideração a expectativa de investimentos do ano de 2019, com os IDH do ano de 2010. Além disso, analisou-se a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

dos anos de 2009 a 2017 para que se possa ter uma noção se os investimentos do Fundeb estão fazendo efeitos na educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento dos dados acima descritos possibilitou obter os resultados a serem discutidos neste capítulo. Devido os diferentes tipos de resultados obtidos, o capítulo será dividido em duas partes. Na primeira parte será realizado um confronto entre os resultados coletados no Índice de Desenvolvimento Humano na área da Educação, onde serão utilizados os municípios com os melhores resultados assim como os com os piores resultados, com a correlação Fundeb/PIB de cada município. Na segunda parte, buscando uma análise verídica, analisamos os indicadores de qualidade do ensino público fundamental de anos finais, utilizando os dez municípios com os melhores e piores estimativa de receita para o ano de 2019, para que se possa ter um melhor entendimento do nível de proficiência dos alunos em cada município, e assim compreender se o Fundeb está proporcionando melhores resultados na educação básica.

4.1 CONFRONTO DA CORRELAÇÃO FUNDEB/PIB COM O IDH-E DOS MUNICÍPIOS.

O que se espera do Fundeb é que funcione como instrumento de aperfeiçoamento das condições de acesso à educação básica no país, diminuindo a diferença entre os municípios, proporcionando o mesmo nível educacional para ambos os municípios do Estado (CAMPOS; CRUZ, 2009), contudo não há uma fórmula que se empregue e garanta a precisão em saber se os investimentos dedicados à educação estão sendo suficientes para suprir as necessidades diárias de cada escola, apenas observando seu funcionamento no dia-a-dia e assim sabendo suas reais dificuldades. No entanto existem alguns métodos que avaliam o desempenho da educação em geral, a exemplo existe o Índice de Desenvolvimento Humano.

O IDH é uma medida resumida a longo prazo de três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O IDH varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, mais desenvolvimento será o país, o Estado ou o município. Na lista do IDH global divulgada em 2018, o Brasil encontrou-se em 79º com um IDH de 0,759.

Tabela 1 - Faixas de desenvolvimento humano para enquadramento no Índice de Desenvolvimento Humano

Muito Alto	0,800 - 1,000
Alto	0,700 - 0,799
Médio	0,600 - 0,699
Baixo	0,500 - 0,599
Muito Baixo	0,000 - 0,499

Fonte: Atlas Brasil (2019).

A tabela 2 mostra o ranking do IDH-E de todos os Estados brasileiros, e o Mato Grosso encontra-se na 10º posição.

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Estadual referente à Educação

Posição	Nome	IDHM Educação (2010)
1º	Distrito Federal	0.742
2º	São Paulo	0.719
3º	Santa Catarina	0.697
4º	Rio de Janeiro	0.675
5º	Paraná	0.668
6º	Espírito Santo	0.653
7º	Goiás	0.646
8º	Rio Grande do Sul	0.642

9 °	Minas Gerais	0.638
10 °	Mato Grosso	0.635

Fonte: Atlas Brasil (2019).

O Mato Grosso possui 141 municípios, observando o IDH-E demonstrado na Tabela 3, apenas três municípios apresentaram índice alto: Cuiabá, Lucas do Rio Verde e Pontal do Araguaia, comparando os oito municípios com os maiores IDH-E e com a estimativa de investimento para o ano de 2019, observa-se que, exceto o município de Pontal do Araguaia, possuem altos valores de estimativa de investimento. O que nos faz questionar se os com menores investimentos são os com os menores IDH-E.

Tabela 3 - Ranking dos municípios com os melhores IDH-E

Posição	Nome	IDHM Educação (2010)	Estimativa de Investimento em 2019
1 °	Cuiabá (MT)	0.726	208.091.266,65
2 °	Lucas do Rio Verde (MT)	0.710	41.658.556,46
3 °	Pontal do Araguaia (MT)	0.702	2.518.316,72
4 °	Rondonópolis (MT)	0.698	82.265.312,58
5 °	Barra do Garças (MT)	0.693	25.871.304,60
6 °	Sinop (MT)	0.682	65.224.025,63
7 °	Nova Mutum (MT)	0.673	25.806.589,49
8 °	Campo Verde (MT)	0.670	21.448.206,39

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do PNUD e FNDE (2019)

A tabela 4 demonstra os 14 municípios com pior IDH-E do Estado. A lista contempla: Santa Terezinha, Vila Bela da Santíssima Trindade, São José do Xingu, Nova Lacerda, Nova Brasilândia, Nova Bandeirantes, Lambari D'Oeste, Porto Estrela, Colzina, Barão do Melgaço, Nova Nazaré, Cotriguaçu, Gaúcha do Norte e Campinápolis. Contrapondo-se a este indicador, também foi apresentada uma estimativa da magnitude do Fundeb desses municípios, com intuito de verificar aqueles com os piores índices e que possuem investimentos baixos.

Como referência, utilizou-se a estimativa de receita nos anos de 2017, 2018 e 2019, em que as mesmas foram divididas pelo PIB de cada município, devido a premissa de que o valor dos investimentos brasileiros na educação deve equivaler à 10% do PIB do Brasil,

Para que assim se possa ter uma noção da estimativa desse investimento equivalente ao PIB de cada município, tal informação foi fornecida pelo IBGE para o ano de 2016, e, para chegar a uma estimativa do valor do PIB para os anos de 2017, 2018 e 2019 foi utilizado a taxa de crescimento do PIB brasileiro, equivalente a 1,1% de acordo com o Banco Central do Brasil (BCB).

Será realizado o mesmo procedimento com o Estado todo para poder comparar o valor Fundeb/PIB de cada município com o geral do Estado, para assim averiguar se esse valor de investimento é o necessário para cobrir os gastos das escolas.

Tabela 4 – Confronto entre o IDH-E de 2010 com a correlação Fundeb/PIB para os anos de 2017, 2018 e 2019

Posição	Nome	IDHM Educação (2010)	Estimativa 2017 (%)	Estimativa 2018 (%)	Estimativa 2019 (%)
128 °	Santa Terezinha (MT)	0.498	0,21	0,25	0,23
129 °	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	0.495	0,34	0,37	0,37
130 °	São José do Xingu (MT)	0.487	0,13	0,15	0,16
131 °	Nova Lacerda (MT)	0.485	0,31	0,34	0,34

131 °	Nova Brasilândia (MT)	0,485	0,18	0,20	0,20
133 °	Nova Bandeirantes (MT)	0,469	0,23	0,28	0,27
134 °	Lambari D'Oeste (MT)	0,467	0,17	0,18	0,18
134 °	Porto Estrela (MT)	0,467	0,34	0,35	0,35
136 °	Colniza (MT)	0,443	0,36	0,36	0,35
137 °	Barão de Melgaço (MT)	0,440	0,21	0,24	0,23
138 °	Nova Nazaré (MT)	0,427	0,60	0,80	0,76
139 °	Cotriguaçu (MT)	0,423	0,23	0,24	0,24
140 °	Gaúcha do Norte (MT)	0,418	0,14	0,20	0,20
141 °	Campinápolis (MT)	0,324	0,87	0,94	0,99

Fonte: Elaborado pelos autores com dados dos sites PNUD, IBGE e FNDE (2019).

Oliveira (2018) informa que o Brasil gasta em torno de 6% do seu PIB em educação, ficando acima da média comparado aos países que compõe a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cujo percentual é 5,5%, contudo, no quesito desempenho, o país se encontra nas últimas colocações do ranking das avaliações internacionais de desempenho escolar.

Com relação ao Mato Grosso, segundo órgãos oficiais, investe-se em média 0,21% do PIB em educação, é percentual baixo; a maioria dos municípios apresenta média igual ou semelhante ao do Estado, em que o desvio padrão, demonstrado na tabela 5 dos anos equivale a 0,20%, 0,23% e 0,24% respectivamente, porém, não é possível afirmar que esses municípios investem pouco/muito em educação. Um exemplo, de acordo com a tabela 4, é o município de Capinópolis que possui quase 1% de Fundeb/PIB no ano de 2019, mas em contrapartida possui o pior IDH-E do Estado.

Tabela 5 - Desvio Padrão equivalente à porcentagem do Fundeb/PIB dos municípios.

	2017	2018	2019
Desvio Padrão	0,20	0,23	0,24

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da tabela 4 (2019)

Em geral, o Mato Grosso apresenta 93 municípios em nível baixo de IDH-E, o que levanta questionamentos se o Fundeb contribuiu para alavancar os índices de educação do Estado. Campos e Cruz (2009) defendem um ensino de qualidade, mas, aquela que proporcione uma educação pública inclusiva, que agregue valores e conhecimentos, de forma a proporcionar condições de inserção digna no mercado de trabalho, preparando-os também para a plena prática da cidadania.

Reforçando a premissa de que a educação necessita de investimentos, sendo essa premissa o ponto inicial para a elaboração da pesquisa.

4.2 INDICADORES DE QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL DOS ANOS FINAIS

A premissa de que o desempenho do aluno é influenciado pelo ambiente escolar, remete a questão de quão importante os investimentos são para a formação de uma escola de qualidade. Para realizar a análise será utilizado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sendo um indicador de extrema importância para avaliar o nível de desempenho dos alunos, pois este índice reúne em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação, sendo eles o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

Para análise foram utilizados os dez municípios com maiores e menores estimativas de receita para 2019. A tabela 6 demonstra o resultado do IDEB dos municípios com as maiores estimativas de investimentos.

Tabela 6 - IDEB nos anos de 2009 a 2017 dos municípios com maiores estimativas de receita do Fundeb

	IDEB					Metas Projetadas				
	2009	2011	2013	2015	2017	2009	2011	2013	2015	2017
Cuiabá	4,1	4,1	4,1	4,3	4,5	3,0	3,2	3,6	4,0	4,3
Várzea Grande	3,9	4,0	4,1	4,2	4,4	2,8	3,1	3,5	3,9	4,1
Rondonópolis	4,5	4,7	4,5	4,6	4,8	3,2	3,5	3,9	4,3	4,5
Sinop	4,7	4,6	4,5	4,6	5,0	3,4	3,7	4,1	4,5	4,8
Sorriso	3,8	4,4	4,1	4,7	4,9	3,1	3,4	3,8	4,2	4,5
Tangara da serra	4,0	4,3	4,5	4,7	4,8	3,3	3,6	4,0	4,4	4,6
Lucas do rio verde	5,1	4,9	4,9	4,8	5,0	3,8	4,1	4,5	4,9	5,1
Cáceres	4,4	4,3	4,1	4,3	4,4	3,2	3,5	3,9	4,3	4,5
Primavera do leste	3,9	4,4	4,7	4,4	4,8	2,7	3,2	3,7	4,2	4,4
Barra do Garças	4,5	4,5	4,3	4,6	4,9	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do INEP (2019).

Analisando os dados da Tabela 6, é possível observar que a maioria dos municípios conseguiu atingir a meta projetada pelo IDEB, demonstrado em verde, levando em consideração que o Fundeb já estava funcionando há dois anos, pensa-se que de alguma maneira as receitas que o fundo destina a educação auxiliou os municípios a chegarem nesses resultados.

Partindo para os municípios com menores estimativas de receita, chegou-se aos resultados demonstrados na tabela 7.

Tabela 7 - IDEB nos anos de 2009 a 2017 dos municípios com menores estimativas de receita do Fundeb

	IDEB					Metas Projetadas				
	2009	2011	2013	2015	2017	2009	2011	2013	2015	2017
Ribeirãozinho	5,3	4,8	4,6	5,1	4,9	4,0	4,3	4,7	5,1	5,3
Santo Afonso	4,8	4,0	-	4,0	4,6	2,7	3,0	3,4	3,8	4,0
Nova Brasilândia	4,3	4,5	5,1	5,2	5,7	4,2	4,3	4,6	5,0	5,3
Gloria doeste	4,8	4,8	4,2	4,5	4,6	3,1	3,3	3,7	4,1	4,4
São José do Povo	4,5	3,4	4,1	4,4	4,5	2,6	3,0	3,6	4,1	4,4
Luciara	3,2	3,7	3,9	3,9	3,8	2,5	2,8	3,3	3,7	3,9
Figueiropolis doeste	4,3	4,2	4,3	5,0	4,7	2,3	2,7	3,1	3,5	3,8
Ponte branca	4,7	4,8	3,5	4,6	5,1	3,9	4,2	4,6	5,0	5,2
Tesouro	3,5	-	3,5	-	4,1	3,5	3,7	4,1	4,5	4,8
Araguainha	-	4,5	-	-	-	-	-	4,7	5,0	5,2

Fonte: Elaborado pelos autores com dados do INEP (2019).

Esta tabela possui casos que não atingiram o necessário para ter a nota divulgada, seja por não ter participado ou por não ter atendido os requisitos necessários para ter o desempenho divulgado. Mas analisando os municípios que possuem o seu desempenho

divulgado, observamos que alguns municípios não conseguiram atingir a meta, mesmo sendo em pequena porcentagem.

Comparando a tabela 6 com a tabela 7, observa-se que os municípios com maiores investimentos não só atingem a meta, mas possuem desempenho/meta maior que os dos municípios com menores investimentos. Porém, analisando as médias, não possui muita diferença entre os dois grupos.

Nota-se que o ano de 2017 possui maior volume de municípios sem atingir a meta do IDEB, podendo ser justificado pelo grande bloqueio nas receitas que a educação teve nos anos de 2016 e 2017, sendo de 6,4% e 16,8% respectivamente, excluindo a folha de pagamento, além dos vários cortes nos investimentos destinados a educação que vem acontecendo nos últimos anos, cada vez com maior frequência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O investimento na educação é essencial para o enriquecimento de uma nação, seja para sua cultura ou para seus princípios sociais. É observado em outros países ao redor do mundo que quando se investe em educação, muitos problemas sociais são amenizados.

Para que a educação cumpra seu papel, é necessário mais do que destinar investimentos para a educação sem planejamento e sistema de gestão. Com este estudo constatou-se que o Fundeb está auxiliando no desempenho dos alunos do ensino fundamental da rede estadual de educação, levando em consideração as notas e metas do IDEB.

Analisando a correlação Fundeb/PIB compreendeu-se que as porcentagens são baixas, se levar em consideração países desenvolvidos ou até mesmo com outros estados brasileiros, o que explica estes municípios estarem na faixa muito baixo no IDH, indicando que o Fundeb necessita de mais receitas para destinar aos municípios.

Em contrapartida, os resultados do IDEB demonstram que no início praticamente todos os municípios alcançavam a meta proposta, mas esse desempenho apresentou declínio com o passar dos anos. Em 2016 e 2017 alguns municípios não atingiram a meta, o que se leva a reflexão que a gestão desses investimentos está sendo insatisfatória.

Por fim, foi constatado que o Fundeb pode ser eficiente para melhoria na proficiência dos alunos, mas para isso é necessário que esses recursos sejam aplicados de maneira adequada para cada município, levando em consideração a necessidade de cada. Para pesquisas futuras sugere-se equiparar Fundeb/PIB com o IDHE municipal que será divulgado para o ano de 2020, e assim possuir resultados mais atuais.

REFERENCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

Brasil. Banco Central do Brasil. **Estatísticas**, 2017. Indicadores econômicos consolidados. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

_____. Banco Central do Brasil. **Estatísticas**, 2018. Indicadores econômicos consolidados. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

_____. FNDE. **Financiamentos**, 2017. Fundeb. Dados estatísticos. Disponível em

<<https://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 11 març. 2019.

_____. FNDE. **Financiamentos**, 2018. Fundeb. Dados estatísticos. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. FNDE. **Financiamentos**, 2019. Fundeb. Dados estatísticos. Disponível em <<https://www.fnde.gov.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

_____. IBGE. **Estatísticas por Tema**, 2017. Produto Interno Bruto Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 maio 2019.

_____. INEP. **Educação Básica**, 2017. INEP em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>>. Acesso em: 7. mar. 2019.

_____. INEP. **Página inicial**, 2018. Noticias em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>>. Acesso em: 22 maio 2019.

CAMPOS, Bruno Cesar; CRUZ, Breno de Paula Andrade. Impactos do Fundeb sobre a qualidade do ensino básico público: uma análise para os municípios do estado do Rio de Janeiro. **Revista Administração Pública**. v. 43, n. 2, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-76122009000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 abr. 2019.

LEITE, Felipe Diniz; SILVA, Rubicleis Gomes da; SILVEIRA, Iara Maiara; LIMA, Rennan Biths de Lima. Avaliação do efeito do fundeb sobre a proficiência em matemática dos alunos do ensino médio no estado do Amazonas. **Revista de Estudos Sociais**. v. 19 n. 39, 2017. Disponível em <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/4384>> Acesso em: 12 maio 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MENDES, Danielle Cristina de Brito. Fundeb: avanços e limites no financiamento da educação básica no Brasil. **Reveduc**. v. 6, n. 2. 2010. Disponível em <<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/464>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

OLIVEIRA, Antonio Benedito da Silva; SCHOLZ, Luiz Fernando de Barros. Investimentos em educação tem como resultado uma população mais preparada para uma era fundamentada na inovação. **Redeca**, v. 1. n. 2. 2014. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/26166/0>>. Acesso em 12 maio 2019.

PERES, Alexandre José de Souza; VIDAL, Eloisa Maria. **Em aberto**: o Fundeb em perspectiva, v. 28. n. 93. Brasília: INEP/MEC, 2015.

____. PNUD, **Desenvolvimento Humano e IDH**, 2010. Rankings. IDH Municípios 2010. Disponível em <<http://www.br.undp.org/>>. Acesso em: 04 maio 2019.

SANTOS, Yuri Dantas; CARVALHO, José Ribamar Marques de; BARBOSA, Maria de Fátima. Análise da eficiência dos gastos com educação no ensino fundamental nos municípios do Seridó Potiguar. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8 n. 2, 2016. Disponível em <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/viewArticle/2725>> Acesso em: 09 maio 2019.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

SENA, Paulo. A legislação do Fundeb. **Caderno de Pesquisa**.v.38, n.134, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742008000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 26 abr. 2019

SOBREIRA, Rogério; CAMPOS, Bruno César. Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. **Revista Administração Pública**, v.42, n.2, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 02 mar. 2019.